

Mexidas nas carreiras dos professores só terão efeitos para 13 mil, estimam directores

Samuel Silva

Associação de directores contraria Governo e diz que soluções têm cinco vezes menos impacto do que o anunciado

As medidas que o Ministério da Educação (ME) apresentou na semana passada para mitigar os efeitos do congelamento da carreira dos professores vão abranger menos de 13 mil docentes, o que corresponde apenas a cerca de 20% do número apontado pela tutela: 60 mil. As contas são de um estudo interno da Associação Nacional de Directores Escolares (ANDE), segundo o qual os efeitos orçamentais contabilizados pelos dirigentes das escolas públicas também são cerca de um terço dos estimados pelo Governo.

A proposta do ME para a correcção dos efeitos assimétricos na carreira dos professores decorrentes do período de congelamento, apresentada na semana passada aos sindicatos, divide-se em três medidas: a recuperação do tempo em que os docentes ficaram a aguardar vaga no 4.º e no 6.º escalões a partir do ano de descongelamento; a isenção de vagas no acesso ao 5.º e ao 7.º escalões para todos os professores posicionados até ao 6.º escalão; e a redução de um ano na duração do escalão para os docentes posicionados no 7.º, 8.º e 9.º escalões.

O estudo da ANDE a que o PÚBLICO teve acesso explica detalhadamente o impacto de cada uma destas medidas, tanto no número de professores abrangidos, como no custo orçamental decorrente da respectiva promoção salarial. Assim, a proposta de recuperação de tempo de serviço dos docentes que ficaram no 4.º e 6.º escalões engloba 2836 professores e custa aos cofres do Estado, em 2023, 10,67 milhões de euros.

Já a isenção de vagas no acesso ao 5.º e 7.º escalões vai permitir o reposicionamento de 4606 docentes, implicando um aumento dos custos salariais em 12,91 milhões de euros anuais. A medida com mais impacto, tanto em número de professores englobados como em custo financeiro, é, segundo a ANDE, a terceira. Ou seja, a redução de um ano na duração do escalão para os docentes que estão entre os 7.º e 9.º patamares da carreira, atinge 5184 pessoas e custa 22,77 milhões de euros.

Contas feitas, são 12.626 os professores em condições de subir na carreira, de acordo com a ANDE, o



DANIEL ROCHA

Governo volta a reunir-se com sindicatos a 5 de Abril

que representa pouco mais de 20% da estimativa apresentada pelo Governo.

Nas palavras do ministro da Educação, João Costa, as medidas apresentadas na semana passada – e que voltam à mesa das negociações com os sindicatos no próximo dia 5 de Abril – abrangem todos os docentes que estão “em funções desde Agosto de 2005, com nove anos, quatro meses e 18 dias de congelamento e que cumpram os requisitos para a progressão”, ou seja 60 mil professores.

Na mesma ocasião, o Governo estimou que as soluções apresentadas têm um custo orçamental de 161 milhões de euros. A estimativa da ANDE fica, mais uma vez, bem longe das contas da tutela. Segundo os directores, a soma dos impactos das três medidas para as carreiras dos docentes é 46,35 milhões de euros anuais, em 2023.

Nas conclusões do seu estudo – enviado ontem ao ministro da Educação –, a ANDE mostra-se “disponível para colaborar com o ministério num esforço conjunto, sério, de reposição de todo o tempo de serviço, de forma faseada, com um tecto de 161 milhões de euros anuais, acomodáveis no orçamento, como o Ministro da Educação afirmou publicamente”.

Não é o primeiro diferendo

Esta não é a primeira vez que a ANDE discorda publicamente das estimativas apresentadas pelo Governo no contexto da negociação em cursos com os representantes dos professores. No início do mês, os directores fizeram as contas ao impacto orçamental da recuperação integral do tempo de serviço dos professores.

O argumento da ANDE é o de que os milhares de aposentações de

docentes previstos nos próximos anos vão levar a uma redução das despesas salariais a partir de 2025/26. Três anos após esta data, o Estado conseguirá recuperar o impacto imediato da medida, defendem os directores.

Na avaliação dos efeitos das propostas entretanto apresentadas pelo Governo, a ANDE retoma o tema, considerando a previsão de que, durante o ano 2023, haverá cerca de 3500 aposentações de professores. Isto implicará uma redução de pelo menos 40,52 milhões de euros nos custos salariais. Ou seja, a proposta de correcção dos efeitos assimétricos apresentada pelo ministério implica, em 2023, um aumento de despesa de apenas 5,38 milhões de euros.

Numa análise às medidas, que acompanha este estudo, a ANDE “considera as assimetrias efeitos inevitáveis de reformas e/ou congelamentos impossíveis de corrigir sem fazer aflorar novas assimetrias”, defendendo que “a forma menos injusta de reequilibrar os vencimentos dos professores é devolver integralmente todo o tempo congelado a todos os professores: 6 anos, 6 meses e 23 dias”.

Numa primeira reacção às medidas, o presidente da ANDE, Manuel Pereira, tinha reconhecido que a proposta da tutela se tratava do “primeiro passo importante” que o ministério dá de “aproximação aos legítimos anseios dos professores”. “Estão no bom caminho e quero aplaudir isso”, frisava. Nas conclusões ao estudo agora conhecido, a associação volta a sublinhar que “as escolas e os professores precisam, urgentemente, de recuperar a tranquilidade”, mas, para isso, os docentes “precisam de ver reconhecida a justeza das suas reivindicações”.